

A AMP/RS tem nova diretoria para o biênio 2018-2020

Com 86% dos votos válidos, a promotora de Justiça Martha Beltrame é a presidente mais votada da história da Associação



EDITORIAL

Um novo
recomeço

A vida é feita de ciclos, que se sucedem e se complementam. A Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul está encerrando um ciclo de quatro anos sob a gestão de Sérgio Harris, que notabilizou-se pela permanente disposição para enfrentar os desafios que se apresentaram. E foram muitos: desde questões administrativas e financeiras que possibilitaram a realização de diversas obras de melhoria e de ampliação das sedes administrativa e campestre, até questões remuneratórias e de preservação de direitos, como no caso da reforma da Previdência e da manutenção da folha de pagamento dos aposentados sob a gestão do MP, entre tantas outras. Sérgio Harris foi um combatente incansável na defesa dos interesses de todos os membros. Tanto que, ao final do seu primeiro mandato, foi reeleito para mais dois anos de gestão, comprovando a aprovação que seus colegas lhe legaram.

O ciclo se encerra com um saldo positivo para a Associação e seus membros e para o próprio Sérgio Harris. Temos que parabenizá-lo e agradecer-lhe por toda energia que dispendeu na defesa dos nossos interesses.

Inicia-se, agora, um novo ciclo para a AMP/RS. Pela primeira vez na história, nossa Associação será dirigida por uma mulher: Martha Beltrame foi eleita pela classe com 721 votos - a maior votação da história da entidade. Martha já está bastante familiarizada com o funcionamento da Associação, pois foi vice-presidente Administrativa e Financeira nas duas gestões de Harris. Ela pretende avançar nas conquistas e no atendimento às demandas dos associados. Este início de ciclo representa, para todos os que compõem o Ministério Público gaúcho, um novo tempo de garantir os direitos já solidificados, de fazer valer as conquistas consolidadas e de ampliar as possibilidades de atuação e de garantias para o exercício integral das funções ministeriais. Boa sorte à nova presidente, pois capacidade de trabalho e comprometimento, ela e sua equipe têm!

Um novo espaço de convivência



O Ginásio Poliesportivo Paulo Roberto Pereira Angeli, na Sede Campestre da AMP/RS, ganhou uma espaçosa e confortável cobertura. Com a nova estrutura, a Associação ampliou as possibilidades de utilização de espaços cobertos para festas, atividades esportivas e brincadeiras, independentemente de qualquer condição meteorológica. Composto por um amplo salão em sua área interna, o espaço conta com sofá, TV, mesas e cadeiras para 60 pessoas, cozinha completa e churrasqueira, além de banheiros masculino e feminino. As janelas dão vista para a área externa do complexo e também para a quadra esportiva coberta. A estrutura conta, ainda, com um terraço com vista para toda a área externa e visão privilegiada do campo de futebol.

A inauguração do novo espaço aconteceu no dia 21 de outubro, por ocasião do almoço em comemoração ao Dia da Criança. A presidente da AMP/RS, Martha Beltrame, conta que a cobertura foi concebida para dar mais conforto e oportunidades de uso para os associados: “Tivemos o intuito de atrair diferentes públicos para a sede campestre, contemplando famílias interessadas em re-

unir amigos em festas, com opções de lazer e segurança para as crianças”, disse.

A dirigente explica que, com as obras de revitalização do ginásio ocorridas há dois anos, o público usuário do espaço esportivo já havia sido ampliado, pois além da cativa turma do futebol, também os praticantes de vôlei e tênis passaram a frequentar o ginásio. “Agora, com a instalação da cobertura no prédio, nosso foco direcionou-se para as famílias, que podem confraternizar em um ambiente seguro, extremamente agradável, com facilidades e belezas naturais ao alcance dos olhos”, avalia.

Valores de locação da cobertura
do ginásio poliesportivo

Sócio, cônjuge, pais, filhos, irmãos, sogros, genros, noras, netos:

R\$ 250,00 + Ecad

**Colateral até 3º grau
sobrinhos, tios, primos:**

R\$ 700,00 + Ecad

Não sócio

R\$ 1.700,00 + Ecad

Capacidade: 60 pessoas

EXPEDIENTE

Jornal da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul

PRESIDENTE

Martha Silva Beltrame

VICE-PRESIDENTES

João Ricardo S. Tavares - Adm. e Financeiro

Fernando Andrade Alves - Núcleos

Karina Bussmann - Social

Paulo N. Weschenfelder - Aposentados

DIRETOR DO JORNAL RÉPLICA

Mário Cavalheiro Lisbôa

COORDENAÇÃO E EDIÇÃO

Claudio Medaglia Jr. (MTb 7608)

imprensa@amprs.org.br

TEXTOS E DIAGRAMAÇÃO

Letícia Vargas (MTb 10.733)

Claudio Medaglia Jr. (MTb 7.608)

FOTOS

AMP/RS, CONAMP e PG Alves

FOTO CAPA

PG Alves

DISTRIBUIÇÃO DIRIGIDA AOS INTEGRANTES DA AMP/RS

Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 501

CEP 90050-191, Porto Alegre/RS

(51) 3254.5300, www.amprs.org.br

IMPRESSÃO DE 1.500 EXEMPLARES

Gráfica Comunicação Impressa

ARTIGO

A constitucionalização do Ministério Público: muito a comemorar.

**CLAUDIO BARROS SILVA**

Procurador de Justiça. Ingressou no Ministério Público em abril de 1982. Foi Presidente da AMPRS, Vice-Presidente da CONAMP, Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos por seis anos e Procurador-Geral de Justiça em dois mandatos. Presidiu o CNPGJ e foi Conselheiro do CNMP, por dois mandatos. É o 2º Procurador de Justiça Criminal e Membro do Órgão Especial e do Conselho Superior do MPRS.

Nos trinta anos da promulgação da Carta Constitucional, há muito a comemorar no âmbito do Ministério Público.

O Ministério Público foi, sem sombra de dúvidas, a Instituição pública que mais cresceu com o advento da Constituição Federal de 1988 e é uma das Instituições que mais evidência tem na sociedade brasileira contemporânea, o que destaca a desatenção que o relegaram as Cartas Constitucionais anteriores. Ainda que antes não tenha sido ignorado, como Instituição, o Ministério Público passou a ter diferenciado prestígio, com realce de sua importância em nosso País, a partir da Carta de 1988, com o reconhecimento de novas competências, de funções e de atribuições, bem como a afirmação de garantias e de autonomias declinadas aos Poderes de Estado e aos seus membros, com o fim de exercer parcela da soberania estatal.

O que fascina aos estudiosos do Ministério Público é a verificação gradual de um órgão criado para a sustentação dos arbítrios autocráticos de monarcas

medievais, transformar-se lenta, mas inexoravelmente, numa Instituição, baluarte da democracia, como uma consequência lógica da transformação da mentalidade política dos povos e da afirmação da cidadania.

Inegavelmente, houve uma nítida mudança do paradigma constitucional com o advento da Constituição Federal em 1988. Ao Estado foram reconhecidas demandas para as quais o sistema constitucional convencional, até então empregado, não mais poderia oferecer respostas. A nova visão dos direitos fundamentais, dos direitos sociais e da proteção efetiva dos direitos coletivos e difusos, passou a reconhecer a necessidade de criação de mecanismos institucionais e de direito formal, que permitissem a operacionalização dos direitos dos cidadãos e da sociedade. A realização desses novos direitos realçou a necessidade de um novo olhar sobre o Ministério Público, a quem o legislador constituinte identificou ser pertinente conferir um novo status institucional que importou na sua constitucionalização, bem como na elaboração de um arsenal normativo infraconstitucional necessário à realização de uma gama enorme de novos direitos.

O legislador constitucional de 1988 modificou o conceito que se tinha sobre o Ministério Público, reservando-o com funções institucionais bem definidas no texto constitucional e impondo-lhe, como o maior desafio, a promoção da aplicação correta da lei, a defesa do regime democrático, estabelecido no novo modelo de Estado brasileiro, reconhecendo como Instituição permanente e afirmando a sua essencialidade para a defesa dos interesses da sociedade, da legalidade e da moralidade na administração pública.

Não é dever do Ministério Público, num regime democrático, servir aos desígnios dos governantes. Na realidade, o Ministério Público é órgão propulsor do respeito às leis justas e legítimas, aquele que pugna pelo império da liberdade, que age com independência e equilíbrio, e que luta em favor dos que sofrem a

opressão e o desrespeito aos mais elementares direitos, sejam estes ditados pelo arbítrio ou pela omissão Estado, ou, ainda, gerados pela iniquidade da exclusão social ou pelo descaso com o cidadão.

Esse novo contexto político, histórico e social revela-se fator que aumenta o irrenunciável encargo que incumbe ao membro do Ministério Público de velar, com intransigência, pela preservação da integridade da ordem normativa que emerge do texto democrático da Constituição Federal.

O Ministério Público contemporâneo emergiu de uma Carta Constitucional de cunho humanista e marcadamente voltada para a consagração da prevalência das liberdades públicas e direitos fundamentais do cidadão, em confronto com a própria organização política do Estado, pela amplitude de suas atribuições e pela largueza de sua liberdade institucional. O grande desafio que se apresenta ao Ministério Público consiste em preservar a supremacia da ordem constitucional e viabilizar a execução e concretização da Constituição da República, para que esta, deixando de qualificar-se como simples repositório de proclamações teóricas e retóricas, converta-se em peça essencial e efetiva da estabilidade institucional, como documento normativo fundamental à segurança jurídica e em instrumento básico de defesa das liberdades civis e de proteção dos espaços democráticos construídos.

Ninguém está acima da Constituição. Ninguém dispõe de autoridade superior à força normativa que emerge de norma constitucional. Tampouco, nenhum Poder da República tem autoridade para desrespeitá-la.

Neste contexto, o Ministério Público é uma Instituição de Estado, constitucionalmente organizada, absolutamente necessária e indispensável à preservação do regime democrático, a quem incumbe à defesa incondicional da supremacia da Constituição e de tudo que ela significa para a causa da cidadania, da liberdade e da manutenção da ordem democrática.

INTERIORIZAÇÃO

Reuniões de Núcleos aproximam associados e diretoria

Sempre primando pela integração entre seus associados, a AMP/RS promove encontros entre seus associados, tanto na Capital quanto no Interior. É por isso que a diretoria da entidade promove encontros com colegas de núcleos regionais de todo o Estado, no intuito de debater temas que digam respeito às realidades local, regional e nacional e que se relacionem com o exercício da função ministerial. Ao longo de 2018, foram realizados 15 encontros com colegas de diversas regiões do Rio Grande do Sul. No primeiro semestre, os núcleos regionais da Serra, do Vale do Taquari, da Grande Porto Alegre, de Santa Maria e Litoral foram visitados pelos dirigentes associativos. Confira aqui os encontros a partir de agosto, nos núcleos Santa Cruz do Sul, Pelotas, Costa Doce, Grande POA, Passo Fundo, Erechim, Taquara e Fronteira.

Santa Cruz do Sul

Em 21 de agosto, os membros do Ministério Público gaúcho lotados nas comarcas que integram o núcleo de Santa Cruz do Sul da AMP/RS participaram de reunião com a diretoria da entidade de classe. O encontro, realizado na sede das Promotorias de Justiça, abordou temas de interesse da carreira, como projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional e na Assembleia Legislativa e questões de ordem remuneratória e relacionadas à movimentação da carreira.

**Pelotas**

Os cenários no Congresso Nacional e na Assembleia Legislativa relativos à tramitação de temas de interesse do Ministério Público e questões de ordem remuneratória foram os assuntos abordados na reunião entre a Diretoria da AMP/RS e colegas que atuam nas comarcas vinculadas ao núcleo regional de Pelotas. O encontro foi no dia 28 de agosto.

**Costa Doce e Grande POA**

Uma reunião conjunta com representantes dos núcleos Grande Porto Alegre e Costa Doce aconteceu no dia 31 de agosto, na sede da AMP/RS, em Porto Alegre. Entre os temas abordados, estiveram questões remuneratórias e de carreira e panoramas sobre o andamento de proje-

tos na Assembleia Legislativa do RS e no Congresso Nacional. Ao final da reunião, o grupo participou de almoço de confraternização no 8º andar da sede administrativa da AMP/RS.

**Passo Fundo**

A diretoria da AMP/RS visitou, no dia 4 de setembro, os colegas que atuam nas comarcas abrangidas pelo núcleo associativo de Passo Fundo. Reunidos na sede das Promotorias de Justiça locais, eles conversaram acerca de questões remuneratórias e do panorama político, bem como seus impactos sobre a carreira.

**Erechim**

Os colegas que atuam nas comarcas do núcleo associativo de Erechim receberam a diretoria da AMP/RS no dia 3 de setembro. O encontro, realizado na sede das Promotorias de Justiça no município, tratou de temas de interesse associativo e institucional, como questões legislativas estaduais e nacionais e provimento de férias dos membros do MPRS.

**Fronteira Oeste**

No dia 8 de outubro, os representantes da AMP/RS visitou o núcleo regional da Fronteira Oeste, em Uruguaiana. Na pauta estiveram assuntos relacionados à atividade profissional dos membros do MP, questões remuneratórias e contexto político nacional.

**Campanha**

Duas reuniões marcaram a ida da diretoria da AMP/RS ao núcleo regional da Campanha. Na manhã do dia 9 de outubro, a atividade aconteceu em Santana do Livramento. À noite, o encontro se deu com os colegas em Bagé. Nos dois momentos, diversos temas levantados pelos grupos foram esclarecidos e debatidos, tais como cenário político e a tramitação de matérias que dizem respeito ao MP e seus membros.



INTERIORIZAÇÃO

Semanas do MP são canais de diálogo com a sociedade

2018 se encerra com um saldo de 13 Semanas do Ministério Público realizadas por todo o Estado. Trata-se de um canal de diálogo e integração com a sociedade que proporciona aos estudantes universitários o acesso às práticas da atividade ministerial. Os encontros, organizados pela AMP/RS em parceria com as Promotorias Regionais e instituições de ensino, têm apoio do MPRS e da FMP. No primeiro semestre, foram realizadas cinco edições da atividade nos municípios de Santiago, Santo Ângelo, Torres, Farroupilha e Alegrete. No segundo semestre, São Jerônimo, Santa Cruz do Sul, Rio Grande, Nova Prata, Sobradinho, Erechim, São Gabriel e Cachoeira do Sul também realizaram edições da Semana do MP.

São Jerônimo (15 e 16/08)

Organizada em parceria com a Ulbra de São Jerônimo, a primeira Semana do MP realizada no município abriu com palestra do PGI Fabiano Dallazen, que falou sobre “A efetividade do MP no contexto atual”. No dia seguinte, o procurador Sílvio Miranda Munhoz abordou “Criminalidade e impunidade – reflexões sobre o avanço do crime no Brasil”.

**Santa Cruz do Sul (21 a 23/08)**

A XXXIV Semana do MP de Santa Cruz do Sul aconteceu na Unisc e teve palestra do promotor Marcelo Tubino Vieira, com o tema “O MP no Combate ao Crime Organizado”, da promotora Maristela Schneider, sobre “Possibilidades de atuação resolutiva do MP no âmbito da proteção da pessoa idosa e com deficiência: Projeto Cuidar” e do promotor Rodrigo Lopes Zilio, sobre “Eleições 2018 e os desafios da Justiça Eleitoral”.

**Rio Grande (28 a 30/08)**

A V Semana do MP de Rio Grande contou com o apoio da Universidade Anhanguera. O promotor de Justiça do Tribunal do Júri de POA, Eugênio Paes Amorim, falou sobre “Garantismo Penal x Efetivismo Penal”. Já o promotor Bruno Amorim Carpes discorreu sobre “O mito do encarceramento em massa”. Na última noite, duas palestras: “Criminalidade e Impunidade: reflexões

sobre o avanço do crime no Brasil”, com o procurador Sílvio Miranda Munhoz, e “O ato infracional equiparado a crime hediondo e as medidas socioeducativas”, com o promotor Rudimar Tonini Soares.

**Erechim (3 e 4/09)**

Em Erechim, a 5ª edição da atividade ocorreu no Salão de Atos da URI. O público acompanhou as palestras do coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal e da Segurança Pública do MPRS, Luciano Vaccaro, sobre “Lavagem de dinheiro – nova perspectiva de enfrentamento à macrocriminalidade”, e do promotor Felipe Teixeira Neto, sobre “Dano moral coletivo: um conceito jurídico em construção”.

**São Gabriel (12 e 13/09)**

Em parceria com a Urcamp, a III Semana do MP de São Gabriel teve palestra do promotor de Justiça Bruno Amorim Carpes, com o tema “O mito do encarceramento em massa” e do promotor Márcio Schlee Gomes, sobre “Teoria do Dolo e Júri - novas perspectivas”.

**Nova Prata (4 e 5/09)**

A II Semana do MP de Nova Prata ocorreu na UCS e teve palestras dos colegas do MPRS Marcelo Tubino Vieira, que falou sobre “O Ministério Público no combate ao Crime Organizado”, e José Alexandre Zachia Alan, abordando o tema “Eficiência e Garantias - Criminosos, Pessoas e Inimigos”.

**Cachoeira do Sul (11 e 12/09)**

As palestras Corrupção, Violência e a “Mexicanização” do Brasil, ministrada pelo pesquisador Luiz Marcelo Berger, e “O MP e o combate à lavagem de dinheiro”, apresentada pelo coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal e da Segurança Pública do MPRS, Luciano Vaccaro, integraram a IV Semana do MP de Cachoeira do Sul, que ocorreu na Ulbra.

**Sobradinho (26 e 27/09)**

A III Semana do MP de Sobradinho, realizada em parceria com a Unisc, contou com palestra da promotora de Justiça Maristela Schneider, “Possibilidades de atuação resolutiva do Ministério Público no âmbito da proteção da pessoa idosa e com deficiência: Projeto Cuidar”, e do promotor Marcelo Tubino, “O Ministério Público no combate ao Crime Organizado”.





Studi in Italia

A renovação do convênio firmado entre a AMP/RS, a International Experience e a Università degli Studi di Roma Tor Vergat propiciará, mais uma vez, que um grupo de membros do Ministério Público gaúcho participe do curso “Combate ao Crime Organizado – máfias, corrupção e terrorismo”, em Roma, Itália. Diante do sucesso da primeira iniciativa, ocorrida em 2018, a diretoria da Associação buscou proporcionar o acesso a esse conhecimento para uma nova delegação gaúcha em 2019, desta vez composta por 17 membros.

A presidente da AMP/RS, Martha Bel-

trame, explica que o objetivo da entidade é incentivar o aperfeiçoamento técnico dos associados e a produção acadêmica através de cursos e intercâmbios. “Queremos promover a qualificação, a ampliação do conhecimento e o desenvolvimento pessoal e profissional dos associados”, afirma.

Igualmente ao que aconteceu na primeira edição, a AMP/RS distribuiu as vagas por meio de sorteio público entre todos os que se inscreveram previamente pleiteando a ida a Itália. Dois lugares na delegação que frequentará o curso foram sorteados durante a realização do

XIV Congresso Estadual do Ministério Público, que aconteceu no início de agosto, em Gramado. Na ocasião, os promotores de Justiça Bruno Bonamente e Érico Rezende Russo foram agraciados. As demais vagas foram sorteadas no dia 14 de outubro, durante a reunião de Diretoria da Associação. Os colegas Milton Fontana, Maria Fernanda Cassol, Flávio Passos, Raquel Marchiori Dias, Luiz Carlos Prá, Karina Denicol, Diogo Taborda, Silvia Jappe, Geraldo Messa, Flávio Brener da Costa, Vilson Farias, Daniel Mationi, Angela Conde, Ederson Vieira e Josiane Menezes Paim foram os contemplados.

ARTIGO

Cinquenta anos depois

Cláudio Brito

Promotor de Justiça aposentado e Jornalista

Em 1968 eu era repórter do jornal Notícias Populares e integrava a equipe de produção dos programas do Charinha na TV Paulista, base da Globo em São Paulo. Passava noites e madrugadas na sala de imprensa da Central de Polícia, na Praça da Sé. A cobertura policial era o principal conteúdo do jornal. E foi naquela atividade que, mais de uma vez, saí em diligências com outros companheiros para verificarmos locais de desova de “presuntos” deixados pelo Esquadrão da Morte, milícia formada por militares e policiais dedicados às ações da repressão que ajudava a sustentar a ditadura de então.

Estava na redação da Barão de Limeira, sede do Grupo Folhas, quando soldados e um oficial do Exército vieram buscar um colega, vítima da deduração de algum delator. Houve um aviso por tele-

fone e ele conseguiu escapar. Fomos nos reencontrar alguns anos depois, quando, foragido, ele já estava sob proteção de seus companheiros aqui no Rio Grande do Sul.

Em dezembro, há cinquenta anos, como se aquilo tudo fosse pouco, sobreveio o Ato Institucional número 5, o endurecimento das ações de quem mandava e desmandava, pouco importando modelos constitucionais, que democracia era palavra proibida.

Agora, passado meio século, agradeço poder lembrar o que me veio da vida desde então. Mantive minha atividade jornalística, sem mordanças depois da redemocratização, mas ainda consegui ser um Promotor, assim como aquele pequeno homem que entrevistei tantas vezes, Hélio Bicudo, o corajoso acusador dos que integraram grupos de extermí-

nio na Pauliceia Desvairada. É bom agora curtir a Constituição que conquistamos em 1988, como é bom festejar outro acontecimento: há 70 anos o mundo ganhou a Declaração dos Direitos Humanos. Bem melhor essa lembrança. Bem melhor recordar o Dia do Ministério Público, vizinho de data da publicação do AI 5. E nesse contexto de revisão dos últimos cinquenta anos, que bom poder festejar os 35 anos de nossa FMP e a chegada de uma Promotora à presidência da AMP/RS. Martha Beltrame é a primeira. Vem com experiência e brilho, tendo atuação destacada na diretoria que se despede. Sua contribuição à entidade de classe e ao Ministério Público corresponde à votação alcançada, incontestável e fazendo maioria inédita.

Que bom curtir este dezembro, cinquenta anos depois.

Temas remuneratórios exigiram mobilização nacional

A AMP/RS esteve mobilizada para a conquista da reposição salarial, mas tratar de temas remuneratórios no âmbito do Ministério Público nunca foi tarefa simples. Apesar do reconhecimento da relevância da missão constitucional e do trabalho do MP, a forte atuação das entidades representativas junto ao Congresso Nacional para buscar a recomposição dos subsídios, por vezes, encontra um ambiente adverso e críticas nos veículos de comunicação. O importante é que nesse cenário, nos últimos anos, as entidades de classes buscaram dialogar com representantes do Parlamento e expor a necessidade desta valorização. Foi assim que obtivemos diversas vitórias na recomposição remuneratória, mesmo que por vezes não tenhamos atingido a integralidade dos valores reivindicados.

Recomposição dos subsídios

Após mais de dois anos de trabalho das entidades representativas do Ministério Público brasileiro junto ao Congresso Nacional, o Senado Federal aprovou, em 7 de novembro, o PLC 27/2016 e o PLC 28/2016. Os textos, sancionados pelo presidente Michel Temer e publicados no Diário Oficial da União 20 dias depois, determinam a aplicação de reajuste de 16,38% nos vencimentos dos ministros do STF e do procurador-geral da República. Para chegar à recomposição dos vencimentos, o tema foi tratado em diversas reuniões da CONAMP e da FREN-TAS - Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público. Na avaliação da presidente da AMP/RS, Martha Beltrame, a aprovação dos projetos “é resultado do trabalho intenso realizado junto aos representantes do Parlamento e do Executivo para expor a necessidade de valorização e representa mais um passo na conquista por um modelo digno de remuneração que valorize a carreira do Ministério Público”.

Automaticidade dos reajustes

Paralelamente aos movimentos em Brasília para alcançar a recomposição dos subsídios, a AMP/RS também atuou intensamente junto aos deputados estaduais gaúchos na tentativa de sensibilizá-los quanto à necessidade da aprovação do projeto de lei que trata da automaticidade do repasse do índice de reajuste dos vencimentos do procurador-geral da República aos membros do MPRS. Apesar do grande esforço, não houve acordo de líderes dos partidos para que o texto fosse levado ao plenário da Assembleia Legislativa em 2018.

Para a diretoria da Associação, essa é uma luta em andamento e sobre a



Pedro Franca/Agência Senado

qual a entidade irá se dedicar intensamente na gestão que está se iniciando. “A aprovação da automaticidade é uma causa justa e uma realidade nos serviços públicos. Somente o Ministério Público do Rio Grande do Sul e de outros nove estados brasileiros ainda não tiveram reconhecida essa demanda pelos respectivos legisladores. Tenho convicção de que esse tema irá avançar”, diz a presidente da AMP/RS, Martha Beltrame. A dirigente, que assumiu o cargo no dia 13 de dezembro, promete, ainda, trabalhar arduamente pelas proposições associativas nas esferas estadual e federal.

CNMP restringe auxílio-moradia

Outro tema acompanhado pela Associação nos últimos anos foi o auxílio-moradia. Implementado em 2014, por força de liminar concedida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Fux, a medida foi revogada pelo próprio jurista em dezembro de 2018, determinando que o assunto fosse regulamentado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

O órgão tratou da questão em sessão realizada no dia 18 de dezembro, quando foi regulamentada. A regulamentação para o recebimento do benefício, na prática, não atingirá nenhum membro do MP gaúcho. Somente casos muito especiais farão jus ao recebimento da verba, de natureza indenizatória. O postulante

precisará estar desempenhando atividade designada excepcional fora de sua comarca de origem.

A situação ainda poderá sofrer algum ajuste em até 180 dias, quando o CNMP e o Conselho Nacional de Justiça deverão editar resolução conjunta, harmonizando as disposições legais vigentes sob o princípio constitucional da simetria.

Reforma da Previdência em 2019

Uma das principais pautas do novo governo no primeiro semestre de 2019 será a discussão do novo modelo da reforma da Previdência. O assunto tem sido um dos mais polêmicos dos últimos tempos, já que foram apresentadas várias propostas com grandes modificações na questão previdenciária.

Amplamente divulgada pelos veículos de comunicação, a reformulação irá avançar com os novos governantes que assumiram o País, que têm feito sistemáticas referências ao tema. “É natural que a tramitação desse assunto evolua a partir dos primeiros meses de 2019. Precisamos aguardar para conhecer a postura adotada pelo Executivo Federal e pelo Congresso Nacional. A expectativa é pela formatação da nova proposta, que, certamente, virá”, avalia o vice-presidente administrativo e financeiro da AMP/RS, João Ricardo Tavares.

ENTREVISTA: SÉRGIO HARRIS

Missão muito bem cumprida



Sérgio Harris esteve à frente da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS) durante os quatro últimos anos. Neste período, os desafios se somaram às realizações, resultando em saldo positivo, tanto para o presidente da entidade quanto para os associados. Nesta entrevista para o Réplica, Sérgio Harris avalia sua gestão e enfatiza a sua gratidão pelo companheirismo demonstrado pelos colegas, especialmente nos momentos mais difíceis.

Réplica: Qual a avaliação que o senhor faz desses quatro anos de mandato?

Sérgio Harris: Foi uma experiência incrível, que me proporcionou um crescimento pessoal e profissional significativo. Fiz muitos amigos, pessoas que eu realmente passei a gostar. Apesar de ter passado por momentos difíceis, com diversos desafios, pude contar com o apoio dos colegas e com um grupo de Diretoria Executiva unido pelos mesmos ideais. Mesmo nas horas mais escuras – que não foram poucas –, esse grupo demonstrou grande capacidade de trabalho. Todo este conjunto de fatores foi fundamental para

que pudéssemos cumprir os objetivos de campanha e responder satisfatoriamente aos desafios que as circunstâncias nos trouxeram.

Réplica: Quais foram as principais conquistas da sua gestão?

Sérgio Harris: Falo em números. Fizemos 78 reuniões de núcleos, 39 semanas do MP, 41 reuniões de diretoria ampla, 38 almoços de aposentados e, com isso, conquistamos uma interlocução fundamental com a classe, uma vez que estive presente em praticamente todos esses eventos.

Ao longo dos quatro anos, estivemos 697 vezes em mídia impressa e, conforme o levantamento do serviço de clipagem, 97,5% das vezes com participações positivas, conquistando, ou reafirmando, um espaço externo importante. Criamos o aplicativo da AMP/RS, reformulamos o site, geramos 187 edições do “Palavra do Presidente”, produzimos 124 AMP Informa e destinamos uma canal de comunicação via whatsapp para interagir melhor com a classe. Promovemos dois Congressos Estaduais, sendo que especialmente o último, realizado em 2018, foi um sucesso de público e de crítica, sendo equiparado, pelos colegas de todo o País, a um Congresso Nacional do MP. Realizamos o

maior campeonato de futebol da história do MP, com 25 delegações de todo o Brasil e mais de 700 colegas envolvidos. Reformamos diversos espaços na sede campestre, ampliando imensamente a possibilidade de uso para festas infantis, para a prática de tênis e de vôlei e para qualquer tipo de evento de confraternização. Promovemos dois cursos na Itália, avaliados positivamente pelos participantes, e um em Portugal, que também agradou. Criamos, executamos, aperfeiçoamos e firmamos o Fórum + Segurança, em parceria com a ONG Brasil Sem Grades, que é um seminário forte em defesa da sociedade e contra a criminalidade.

“Saio plenamente realizado profissional e pessoalmente com o trabalho realizado”

Réplica: E com relação à interlocução com os outros poderes? O senhor avalia como positivo o resultado deste diálogo?

Sérgio Harris: Embora tenhamos que ser sempre vigilantes e atentos aos movimentos políticos no Brasil como um todo, a fim de garantir a manutenção de nossos direitos e prerrogativas, considero que vançamos muito nesse último período. Vejamos: planejamos e executamos – e quem acompanhou sabe das dificuldades – a transformação do nosso plano de saúde de SAS para a FAS, criando uma fundação que atende a todos os requisitos da ANS. Derrubamos, com a ajuda de muitos, duas reformas previdenciárias e o desejo do Governo Estadual de repassar o nosso duodécimo com base na receita corrente líquida. Construímos, através de Lei, a manutenção da nossa folha de aposentados junto ao MP, garantindo o repasse do duodécimo no mesmo dia do repasse dos colegas em atividade. Para isso, derrubamos o veto do Governador do Estado. Evitamos, junto com outras entidades de classe, o desastre que seria a aprovação do PLP 257/2016 em seu texto original, pois os MPs extrapolariam os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. No campo remuneratório, mesmo

com índices não ideais, em quatro anos aprovamos dois reajustes de subsídios dos Ministros do STF. Também conseguimos que fosse implementado, no período, o auxílio-alimentação, mantido o auxílio-moradia e permitida a venda de licença-prêmio. Ainda tivemos a intensificação da venda de férias e postulamos e obtivemos – exceto em um único mês – o pagamento da PAE.

Réplica: E quais foram os principais desafios enfrentados?

Sérgio Harris: Um caldo de cultura já montado contra a questão remuneratória do Ministério Público dificultou, sobremaneira, vários avanços. Além disso, o protagonismo que o MP adquiriu nos últimos anos cobrou o preço com um ataque sistemático, de vários setores, e de diversas formas, contra as nossas prerrogativas. O desafio de mantê-las nos custou muita energia e esforço, pois lutamos o tempo inteiro contra adversários poderosos e que sabem o que querem: enfraquecer e desgastar o MP.

“O protagonismo que o MP adquiriu nos últimos anos cobrou o preço...”

Réplica: O senhor conseguiu fazer tudo que pretendia nesses quatro anos?

Sérgio Harris: Consegui. O que não significa que não faria algumas coisas diferentes. Mas saio plenamente realizado profissional e pessoalmente com o trabalho realizado.

Réplica: Qual o maior aprendizado que o senhor leva dessa experiência?

Sérgio Harris: O de que há que se viver um dia de cada vez.

Réplica: Qual o legado que o senhor deixa para a nova administração?

Sérgio Harris: Se as diretorias da Associação, especialmente a presidente, tive-

rem uma aproximação com a classe, uma conversa franca com os colegas e estiverem presentes nos quatro cantos do Estado, os nossos associados passarão a ser uma força coletiva, capaz de impulsionar os dirigentes para a conquista do que almejam para o Ministério Público, para a Associação e para a sociedade.

“Quando assumi essa função, eu não esperava receber tanta consideração”

Réplica: Qual a mensagem que o senhor gostaria de deixar para os seus colegas?

Sérgio Harris: Quero agradecer o carinho de todos. Passei vários momentos aqui na Associação e posso dizer que, realmente, quando assumi essa função, eu não esperava receber tanta consideração das minhas diretorias executivas, de colegas ativos, de jubilados, das nossas pensionistas e dos funcionários da AMP/RS como recebi ao longo dos últimos quatro anos. Eu não imaginava que contaria com tanto apoio, e vou repetir a palavra “carinho” mesmo, pois isso foi fundamental para podermos, sempre, nos mover para a frente. Vocês sempre me entenderam e me apoiaram. Muito obrigado por tudo.



DIRETORIA 2018-2020

Ato de posse da nova diretoria da AMP/

Pela primeira vez na história, a Associação do Ministério Público terá uma mulher à sua frente.

A nova diretoria executiva da AMP/RS, com mandato até dezembro de 2020, foi empossada em solenidade realizada no final da tarde do dia 13 de dezembro, no Auditório Mondercil Paulo de Moraes, no prédio-sede do Ministério Público gaúcho. A promotora de Justiça Martha Beltrame, eleita em novembro com a maior votação da história, é a primeira mulher a assumir o comando da Associação, em seus 77 anos de existência. Durante o evento, também assumiram os integrantes do Conselho de Representantes da entidade de classe.

Ao som de um quarteto de cordas protagonizado por mulheres e uma cantora, os convidados ocuparam o auditório para acompanhar a transmissão de cargos. A mesa principal foi composta pelo procurador-geral de Justiça, Fabiano Dallazen, pelo até então presidente da AMP/RS, Sérgio Hiane Harris, pelo procurador-geral do Estado, Euzébio Ruschel – representando o governador do Estado –, pelo procurador da República no Rio Grande do Sul, Roberto Opermann Thomé, pelo presidente da CONAMP, Victor Hugo Azevedo, pelo procurador adjunto do Município, Ricardo Munhoz – representando o prefeito municipal –, pela defensora pública geral do Estado, Liseane Hartmann, pelo deputado federal Danrley de Deus, pela senadora Ana Amélia Lemos, pelo presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, Valter Nagelstein, pelo procurador-chefe da Procuradoria Regional da República da 4ª. Região, Carlos Augusto da Silva Cazarré, pelo conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, Cezar Miola – representando a presidência do TCE –, pelo corregedor-geral do MPRS, Ivan Melgaré, pelo secretário-geral da OAB/RS, Rafael Canteji – representando a OAB Regional e Nacional –, pelo procurador-geral do Ministério Público de Contas do Estado, Geraldo da Camino, pelo presidente da FMP, David Medina da Silva, e pelo vice-governador eleito, Ranolfo Vieira Jr.

O secretário da Associação, André de Azevedo Coelho, fez a leitura do Termo de Posse da Diretoria Executiva e do Conselho de Representantes. Um a um,



os integrantes da nova gestão assinaram o documento. Além de Martha e Coelho, a nova diretoria é composta pelos vice-presidentes Administrativo e Financeiro, João Ricardo Tavares; de Núcleos, Fernando Andrade Alves; Social, Karina Bussmann; e de Aposentados, Paulo Natalício Weschenfelder, e pela tesoureira, Luciana Cano Casarotto. O Conselho de Representantes é composto por Cláudio Barros Silva, Edgar Luiz de Magalhães Tweedie, Julia Ilenir Martins, Nilson Ubirajara da Rosa Pacheco e Paulo Emilio J. Barbosa.

Primeiro discurso

Em sua manifestação, a nova presidente fez questão de agradecer ao seu antecessor, Sérgio Harris, a quem creditou parceria e troca de experiência durante os últimos quatro anos. Em sua

fala, Martha disse que pretende, à frente da AMP/RS, preservar os valores e princípios da Instituição e estreitar a comunicação com a sociedade. “O futuro do Ministério Público, enquanto agente de transformação social, passa, necessariamente, pela valorização da sua história e daqueles que a construíram, mas, também, pela adaptação às constantes mudanças, tanto em âmbito interno quanto externo, para acompanharmos



RS reúne várias lideranças institucionais

Martha Beltrame foi eleita com 86% dos votos válidos, a maior votação da história da entidade.



a realidade dos dias de hoje. A sociedade, veloz e presenteísta, exige modernização. Cabe à nossa entidade de classe manter a essência do Ministério Público e representar o consenso extraído das reflexões e da participação dos associados. Isso tudo sem, jamais, deixar de cuidar da aproximação com a sociedade, com todas as suas complexidades e diversidades”, pontuou.

Conforme a dirigente, a nova gestão dará especial atenção ao fortalecimento e à modernização da carreira e à ampliação dos canais de comunicação. “Não há como escapar desta demanda da Era Contemporânea”. Martha também falou sobre a postura da Associação diante dos desafios que surgem à frente da instituição e da entidade: “Se os tempos são de ceticismo e de descrença, o Ministério Público mantém-se hígido e forte, graças à coragem de todos que, com determi-

nação e trabalho, ajudam no fortalecimento da Instituição e da Associação do Ministério Público. Acredito serenamente na instituição a que pertencemos; terei a bravura necessária, como cada um de nossos colegas tem. Estarei acompanhada da coragem inerente à concretização de nossas ações e, principalmente, serei resiliente às eventuais quedas e jamais, em qualquer hipótese, me esquecerei de nossos propósitos”, afirmou. A nova presidente foi bastante aplaudida nas diferentes oportunidades em que fez referência à igualdade de gênero, tanto em âmbito institucional, como no associativo e da sociedade. Ela finalizou seu discurso citando a filósofa existencialista, ativista política e feminista Simone de Beauvoir: “Que nada nos limite, que nada nos defina, que nada nos sujeite. Que a liberdade seja nossa própria substância, já que viver é ser livre”.

A despedida de Harris



Em seu discurso de despedida do cargo, Sérgio Harris falou do quanto apreendeu como dirigente da AMP/RS: “Nos últimos quatro anos que chefiar nossa Associação, conheci pessoas, opiniões e circunstâncias que trouxeram uma nova luz à atuação que me

foi delegada pelo voto, em duas oportunidades. A experiência mostrou que são muitos os campos de inserção da AMP/RS. E que estar preparado exige dedicação integral, convicção, espírito de coletividade e de unidade, além de uma enorme dose de paixão. Sim, pois é a paixão pelo Ministério Público que nos faz, nos momentos de maior turbulência e dificuldade, buscar força, discernimento e serenidade para seguir em frente com segurança”.

Já o presidente da CONAMP e ex-presidente da AMP/RS, Victor Hugo de Azevedo, depois de elogiar o desempenho de Sérgio Harris à frente da Associação, enalteceu o processo eleitoral: “Elegemos nossos representantes sem interferência de órgão, governo ou entidade. Não há vencidos. Todos somos vencedores”. Ele deu as boas vindas à nova presidente, que passa a fazer parte do Conselho Deliberativo da entidade nacional.

Por fim, o procurador-geral de Justiça, Fabiano Dallazen, exaltou o momento de comemoração, dizendo que a história da Associação se confunde com a do Ministério Público gaúcho. Ele ressaltou: “Houve muitos desafios e embates, tentativas de apequenamento da nossa instituição, que foram superados graças à legitimidade que a sociedade nos deu pelo trabalho que realizamos”. A solenidade foi encerrada com a interpretação do Hino Riograndense pelo grupo musical feminino, seguida pelos cumprimentos do público aos novos membros da Diretoria. Finalizando a noite festiva, um coquetel foi oferecido para os convidados na própria sede do Ministério Público.



ENTREVISTA: MARTHA BELTRAME

Nova presidente fala sobre o desafio de



A primeira mulher eleita para presidir a AMP/RS em 77 anos de fundação também foi a campeã de votos da história da entidade. Martha Beltrame foi anunciada vencedora do pleito em 23 de novembro, com 86% dos votos válidos. Durante a campanha, defendeu, como pilares para a sua administração, a independência da gestão, sem o rompimento de pontes; a proteção das garantias, direitos e prerrogativas do Ministério Público e de seus membros, por meio, especialmente, da forte defesa de ataques externos; a melhoria da comunicação interna; a proatividade na ação, na comunicação e no relacionamento com a sociedades, poderes e demais Instituições, além da promoção da interação e da interiorização da AMP/RS.

Réplica: O que representa ser a primeira mulher a dirigir a AMP/RS em toda a sua história?

Martha Beltrame: Ser a primeira mulher a presidir a nossa entidade clausista tendo recebido esse expressivo apoio da classe traz orgulho, mas também muita responsabilidade. Essa é uma conquista de todas as mulheres que me antecederam, assim como daquelas que me acompanham. As vitórias de hoje e o fato de estarmos assumindo novas e destacadas posições são mérito de todas aquelas mulheres determinadas e corajosas que ousaram mudar os modelos estabelecidos e desenharam para nós um novo papel na sociedade. Mas também não podemos esquecer que ainda

existem muitas mulheres oprimidas na sociedade que precisam de nós. Hoje, somos muitas dentro da Instituição, desempenhando importantes papéis dentro das estruturas do Ministério Público e da Associação. Cada vez mais, teremos a oportunidade de mostrar que somos capazes de assumir postos de liderança e de gestão. O desafio é estimular a formação e o surgimento de novas lideranças, inclusive entre as mulheres, e estarmos prontos para atender às demandas corporativas visando sempre manter o fortalecimento da classe e o engrandecimento do Ministério Público.

Réplica: Outras entidades como Ajuris, Defensoria Pública, Adpergs, Amatra e PGR têm mulheres no comando. Como vê esse movimento “feminino”?

Martha Beltrame: Os avanços que a sociedade precisa não dizem respeito apenas à questão feminina. A Constituição Federal de 1988 ampliou e garantiu legitimidade ao Ministério Público ao lhe conferir um leque de atribuições que permite atuar em defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Portanto, é nosso papel, enquanto membros do MP e representantes da classe, fazer valer a essência da vocação da nossa Instituição: a defesa firme dos interesses sociais – da vida, da saúde, da educação, de um ambiente equilibrado, dos direitos das crianças e dos adolescentes, dos idosos, dos direitos humanos; além de zelar constantemente pelo combate à criminalidade, ao crime organizado e à corrupção, pela correta aplicação das leis; e, principalmente, a proteção da demo-

ser a primeira mulher à frente da AMP/RS

cracia. Nesse contexto, insere-se a questão feminina. É importante que aproveitemos o atual momento – com todas essas competentes e determinadas mulheres à frente das entidades – para provocar a reflexão sobre a participação, a igualdade e novas legislações.

Réplica: Como os quatro anos na condição de vice-presidente ajudaram a construir a ideia de gestão que irá desenvolver?

Martha Beltrame: A participação nas diretorias da AMPRS, nas diversas promotorias justiça, na Subprocuradoria de Justiça para Assuntos Administrativos e no CNMP permitiu-me conhecer as Associações e o Ministério Público brasileiros, proporcionando o amadurecimento de um modelo de gestão. A vida associativa tem suas peculiaridades e demandas próprias. O acúmulo de conhecimento auxilia o exercício do cargo, pois permite uma aproximação com os associados e suas demandas, além de propiciar a formação e a integração da equipe. Cada um dos que compõem a diretoria traz sua bagagem pessoal e profissional, culminando num somatório de experiências e na renovação para a gestão. João Ricardo Tavares, vice-presidente

“O acúmulo de conhecimento auxilia o exercício do cargo, pois essa trajetória permite uma aproximação com os associados e suas demandas”

Administrativo e Financeiro, alavancou com competência as atividades do núcleo da AMP/RS. Paulo Weschenfelder, vice de Aposentados, traz muita sabedoria e experiência de quem já foi secretário da CONAMP; Fernando Alves, vice de Núcleos, tem mostrado muita habilidade no relacionamento com os colegas, além da experiência em outras carreiras; Karina Bussmann, vice Social, demonstrou seu engajamento e espírito agregador, características essenciais para mantermos a união da classe. André Coelho, Secretário, tem preparo técnico e eficiência comprovados, assim como a nova Tesoureira, Luciana Casarotto, que sempre mostrou grande dinamismo em sua atuação profes-

sional. Enfim, aplicaremos todo este conhecimento integrado para o fortalecimento da nossa representação e para criar condições para que outros possam adquirir experiências e participar da vida associativa.

Réplica: Uma das bandeiras da campanha foi a modernização da gestão da AMP/RS. Como se traduzirá na prática?

Martha Beltrame: Penso que o Ministério Público do futuro passa pela mudança e pela adaptação aos novos tempos. Sempre lembrando da nossa história e de como foram alicerçados o MP e a Associação. A velocidade com que as informações circulam, as mídias digitais e a comunicação instantânea são desafios que estão postos. Precisamos ter agilidade ao transmitir informação à classe e ao interagir com a

“Criaremos um grupo de trabalho que discuta a modernização da carreira visando à mobilidade”

sociedade e os veículos de comunicação. É papel da Associação promover o debate e a reflexão sobre temas atuais de interesse social e da nossa Instituição, para, a partir daí, termos mais condições de agir em prol das expectativas da sociedade. Nosso plano de gestão foi construído a partir das sugestões e do apoio de toda a classe. E um dos tópicos que mobilizou muito a campanha diz respeito à mobilidade da carreira, que não existe sem modernização. Criaremos um grupo de trabalho que discuta a modernização da carreira visando à mobilidade e que promova o debate das grandes questões que afetam o Ministério Público. O importante é abrir novos canais de comunicação para que todos possam participar efetivamente dos debates.

Réplica: Qual o maior desafio para o próximo período, tanto na gestão associativa como no cumprimento das funções constitucionais do MP?

Martha Beltrame: Estamos vivendo um momento de muitas mudanças: novos governos estadual e federal, novas

composições nas casas legislativas estadual e federal e uma sociedade em mutação, que está digital, radical, polarizada e com novas demandas. Vamos enfrentar inúmeros desafios como a reforma da previdência social, a modernização da carreira, o redesenho do setor público e os ataques às atribuições do Ministério Público.

“Entre nossos papéis primordiais está defender a manutenção da autonomia funcional, administrativa e financeira da instituição, além de todos os direitos, liberdades, garantias e prerrogativas do Ministério Público e de seus membros”

Temos que manter a classe unida, com os direitos de igualdade e paridade entre ativos e aposentados. Entre nossos papéis primordiais, está defender a manutenção da autonomia funcional, administrativa e financeira da instituição, além de todos os direitos, liberdades, garantias e prerrogativas do Ministério Público e de seus membros. Enquanto Presidente da Associação, estarei disponível para ouvir os anseios dos associados, sempre alerta na defesa da nossa classe, atuando em todas as frentes nas quais nossa participação se mostrar necessária, importante e oportuna.



Noite de festa para a nova gestão



Celebração e entusiasmo no aniversário da AMP/RS



pela oportunidade de estar à frente da entidade ao longo dos últimos quatro anos, defendendo de maneira intransigente as prerrogativas e os direitos de todos os membros do Ministério Público e associados. “Estamos comemorando, hoje, os 77 anos de uma das mais antigas entidades representativas do MP do Brasil. Busquei defender de maneira intransigente as prerrogativas e os direitos de todos os membros do MP. Agora, prestamos essas homenagens a todos vocês com verdadeira admiração, porque a Associação é feita do seu passado, mas tem os pés no presente e os olhos no futuro. Parabéns a todos nós”, disse Harris.

Uma grande celebração, reunindo membros do Ministério Público gaúcho e familiares, marcou o aniversário de 77 anos da AMP/RS, comemorado no dia 19 de outubro, nos salões da Sociedade Libanesa. No cenário da festa,

com música ambiental, cardápio e decoração elegantes, a diretoria da entidade acolheu os convidados, em uma confraternização cheia de alegria. Em uma breve fala, o então presidente da Associação, Sérgio Harris, referiu sentimento de honra, orgulho e gratidão

Na sequência, os convidados se deliciaram com a mesa de doces montada por Neiva Buratto e se divertiram até a madrugada na pista de danças embalada por Dani Vendramini e banda e pelo DJ Japa. Foi uma noite para guardar na memória.



Momento de Homenagem

A noite de festa reservou um instante para reconhecer colegas que ajudaram a escrever a história da entidade e do Ministério Público do RS. Os 40 membros da Instituição que ingressaram nos anos de 1958, 1963, 1973, 1983, 1988, 1993 e 1998 presentes na celebração receberam homenagens por suas trajetórias e contribuições à carreira e ao sistema judiciário.

Foram agraciados: Oswaldo Rubem Farina, Ruy Rosado de Aguiar Júnior, Willy Soares

Burger, Francisco de Assis Cardoso Luçardo, Ari Antônio Berwanger, Irene Soares Quadros, Marília Ribas Duarte, Ricardo da Silva Valdez, Sérgio Moraes Fortes, Ana Maria Schinestsck, Gilmar Possa Maroneze, Júlia Ilenir Martins, Lisiane del Pino, Luiz Felipe Brack, Magali Ferreira Mannhart, Maria Cristina Cardoso Moreira de Oliveira, Marta Leiria Leal Pacheco, Sílvia Cappelli, Sônia Elaine Radin, Benhur Biancon Júnior, Flávia Raphael Mallmann, Janine Borges Soares,

João Ricardo Santos Tavares, José Francisco Seabra Mendes Júnior, Marília Cohen Goldman Quites, Martha Silva Beltrame, Neidemar José Fachineto, Nilson de Oliveira Rodrigues Filho, Adriana Cruz da Silva, Andréa de Almeida Machado, Anelise Haertel Grehs, Angela Caren Dal Pós, Daniela Lucca da Silva, Daniele Schneider, Juliana Bossardi, Leonardo Guarise Barrios, Lessandra Bergamaschi, Luciana Moraes Dias, Luciano Vaccaro e Ronaldo Adriano de Almeida Arbo.

AMP/RS também é festa e alegria

As datas alusivas são sempre comemoradas com entusiasmo pela AMP/RS. É nessas ocasiões que os colegas do MP conseguem reunir-se, num mesmo momento, com a família e com os amigos do trabalho para compartilhar momentos de descontração e de fraternidade.

FESTA PARA RECEBER O PAPAÍ NOEL



Um grande e animado encontro marcou, no domingo, 9 de dezembro, a comemoração de Natal da AMP/RS e o encerramento do ano esportivo da entidade. O evento ocorreu na sede campestre da Associação, reunindo associados, familiares e amigos. Pela manhã, foi realizado o triangular final

do X Torneio de Tênis da AMP/RS. O promotor André Luis Dal Molin Flores foi o vencedor, que teve, ainda, os colegas Lucas Oliveira Machado e Ângela Caren Dal Pós na segunda e na terceira posições, respectivamente.

O público começou a chegar pouco antes do meio-dia para o almoço servido no Salão Nobre, com serviço da Di Pacini Buffet. Enquanto isso, diversos brinquedos eram montados na área externa do complexo. Destaque para um novo espaço, destinado aos bebês, e para as barraquinhas de crepe suíço e cachorro-quente, além de picolés, que fizeram sucesso entre grandes e pequenos. Enquanto parte da garotada se divertia com os recreacionistas, os meninos suavam no campo de futebol, orientados e monitorados por profissionais de Educação

Física. Depois de muita correria, bonitos lances, gols e risadas, todos os atletas mirins receberam medalhas de participação.

E, como sempre, o grande momento do domingo ficou reservado para a chegada do Papai Noel, no Espaço Dr. Sylo Soares. Ali, a criançada interagiu com o personagem que simboliza essa época do ano, recebeu presentes e posou para fotos com o Bom Velhinho.



DIA DOS PAIS



O almoço em comemoração ao Dia dos Pais, realizado no dia 12 de agosto, na sede campestre da Associação do Ministério Público, Zona Sul de Porto Alegre, reuniu dezenas de associados e seus familiares para homenagear todos os homens que vivem as alegrias e as responsabilidades da paternidade.

Adultos e crianças se divertiram a valer partir do meio-dia, em animadas conversas e muitas brincadeiras realizadas no Salão Nobre e na área externa do espaço. Os homenageados e suas famílias se deliciaram com um saboroso cardápio, elaborado especialmente para comemorar a data. Já as crianças se divertiram a valer com brinquedos infláveis montados no pátio, sempre sob a supervisão de recreacionistas. O que não faltou, neste dia, foi muita alegria e entusiasmo.

ALMOÇO FARROUPILHA



Membros do MP gaúcho e seus familiares participaram, no dia 17 de setembro, do tradicional Almoço Farroupilha promovido pela AMP/RS, na sede campestre da entidade.

Na oportunidade, além da confraternização, do cardápio típico campeiro e dos brinquedos infláveis para divertir as crianças, o público desfrutou de grande performance musical do promotor Pedro Rui da Fontoura Porto e de seu filho Thiago, interpretando clássicos da cultura rio-grandense. Ainda durante o evento, a promotora aposentada Maria Luiza Saraiva Soares recitou a poesia “Chimarrão”, de autoria do pai, o poeta tradicionalista Glaucus Saraiva da Fonseca. Ao final, o então presidente da AMP/RS, Sérgio Harris, e os vices Martha Beltrame e Antônio Carlos Paiva Hornung homenagearam os músicos com uma singela lembrança.

DIA DAS CRIANÇAS



A mesma alegria e entusiasmo marcaram a comemoração do Dia das Crianças, no dia 21 de outubro. Dessa vez, quem tomou conta da sede campestre da Associação foram os pequenos, que se fartaram com brincadeiras, atividades esportivas, guloseimas e presentinhos, sempre sob os cuidados de recreacionistas.

Do lado de fora do Salão Nobre, onde foi servido o almoço, as meninas se maravilhavam com o Camarim das Princesas, cheio de recursos para incrementar o look delas.

A turminha do futebol também curtiu muito, com a primeira edição do torneio infanto-juvenil da AMP/RS. Dois árbitros foram contratados para acompanhar os pequenos atletas, que receberam medalhas de participação e comemoraram a participação na competição.

CRÔNICA

A Injustiçada

Mário Cavalheiro Lisboa

mariolisboa12@gmail.com

Primeiro nasceu a Vida. Era uma menina normal, meiga, mansa, quase não reclamava de nada. Dormia muito bem durante a noite e apenas choringava um pouquinho quando tinha fome. Uma doce criança. Os pais estavam encantados com ela. Dois anos depois, nasceu a sua irmã, a Presunção de Inocência. Da mesma forma que a Vida, a Presunção de Inocência pouco trabalho deu aos pais. Era uma menina saudável, igualmente dormia bem e alimentava-se com normalidade. Os pais ficaram encantados com a Presunção de Inocência. A Vida também. Para ela, sua irmãzinha era seu brinquedo predileto. Com a Presunção de Inocência, a Vida exercitava sua tendência genética para a maternidade. Gostava de embalá-la no berço e, com a supervisão da mãe, de lhe dar mamadeira. Os pais tinham imenso amor por ambas as filhas e as tratavam da mesma maneira. E assim era o ambiente daquela família.

Somente à noite chegou a notícia da tragédia: os pais haviam morrido em decorrência de um acidente de trânsito

Poucos anos depois, o destino determinou forte mudança no rumo dos acontecimentos. Os pais nunca haviam deixado suas filhas sozinhas em casa. No entanto, em virtude de um desses acontecimentos imprevistos que ocasionalmente ocorrem com toda a pessoa, os pais tiveram de, em conjunto, ausentar-se de casa. Uma vizinha prontificou-se a cuidar das crianças por algumas horas. Mas, o tempo passou, e nada de os pais voltarem. A vizinha impacientou-se, o que teria havido? Ela ligou insistentemente para eles, mas ninguém atendeu. Somente à noite chegou a notícia da tragédia: os pais haviam morrido em decorrência de um acidente de trânsito. Sem parentes

próximos e sem haver interesse em qualquer família em adotá-las, a Vida e a Presunção de Inocência, ainda crianças pequenas, foram recolhidas a uma instituição do Estado. Formal e substancialmente, a Vida e a Presunção de Inocência transformaram-se em filhas do Estado. E passaram a ter uma preceptora, a funcionária do Estado encarregada da instituição de abrigo de menores abandonados. Ela tornara-se a responsável pela educação e proteção das irmãs órfãs. Nos primeiros meses de acolhimento a ambas, a funcionária havia sido muito profissional, procurando substituir, na medida do possível, o afeto da paternidade biológica que as crianças haviam perdido.

Com o passar do tempo, contudo, a funcionária do Estado começou a demonstrar excessiva preocupação com a Presunção de Inocência. Ficava ao seu lado o tempo todo. Não queria que ela tivesse qualquer lesão, mesmo que fosse um simples arranhão ou uma pequena contusão. Nada. Quando algo assim acontecia, a funcionária revoltava-se e punha-se a gritar de forma descontrolada. E estava sempre a servir a Presunção de Inocência as melhores iguarias. Era comum a preceptora estatal inventar novas comidas para alimentar a Presunção de Inocência, com isso tornando-a cada vez mais forte e resistente. E a roupa então? A Presunção de Inocência estava sempre impecável, de roupa limpa, cara e de marca. A funcionária ficou tão pre-

A funcionária ficou tão preocupada com a Presunção de Inocência que negligenciou os cuidados para com a Vida

ocupada com a Presunção de Inocência que negligenciou os cuidados para com a Vida. No início, faltava-lhe tempo para o cuidado de ambas. Depois, disposição

mesmo. Com isso, a Vida passou a subsistir quase por conta própria, com roupas sujas e rasgadas e falta de alimentação adequada. Se ficasse machucada ou com febre, nenhuma providência tomava a preceptora; ela simplesmente

(...) passou a comportar-se, também ela, com arrogância e desdém em relação a Vida

dava de ombros, a Vida que parasse de se queixar, que suas lamúrias apenas causavam desconforto. Os constantes afagos de que era objeto foram aos poucos influenciando na personalidade da Presunção de Inocência, que passou a comportar-se, também ela, com arrogância e desdém em relação a Vida. Passou a achar-se muito superior a ela.

O descuido da preceptora estatal para com a Vida foi tão acentuado que os vizinhos perceberam e efetuaram denúncia ao Conselho Tutelar. Um conselheiro compareceu ao abrigo e ficou espantado com o que viu. Nunca, em sua atuação como conselheiro tutelar, havia se deparado com tanta diferença de tratamento entre duas irmãs. Ficou indignado, o conselheiro. Fez severa advertência à preceptora estatal. Esta tentou se justificar, utilizando discurso evasivo e pouco consistente. Mas prometeu que, de qualquer forma, iria procurar atender melhor a Vida. Fora apenas promessa, é claro. O objetivo era se ver livre do chato do conselheiro. Mal o conselheiro tutelar deu as costas, o descaso da preceptora para com a Vida continuou igual. E de nada adiantaram novas denúncias dos vizinhos, dos amigos, dos professores, dos clubes de serviço, ou de quem quer que fosse. Nada disso tinha qualquer consequência. A preceptora sempre respondia com evasivas e continuava tratando de forma escandalosamente desigual essas duas protegidas do Estado.

Torneio Nacional de Futebol Society foi sucesso dentro e fora de campo



Foi um grande sucesso o XVII Torneio Nacional de Futebol Society do Ministério Público. Realizado de 15 a 18 de novembro pela AMP/RS, com apoio da CONAMP, o evento foi o maior já organizado, desde a primeira edição, e marcou a conquista do tricampeonato gaúcho na categoria Sênior. O Rio Grande do Sul fatiou também o 3º lugar na categoria Máster.

Planejado há um ano, desde o encerramento da competição anterior, no Ceará, o torneio mobilizou mais de 700 atletas e 52 times, de 25 associações de membros do Ministério Público, em seus diferentes ramos, em 96 jogos, com 289 gols. Ainda, atuaram cerca de uma centena de profissionais de apoio nas áreas de fisioterapia, comunicação, tecnologia da informação, arbitragem, organização, alimentação e suporte médico, entre outros. Os jogos, realizados no CT do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, em Eldorado do Sul, reafirmaram os paulistas como grande força no Máster e consagraram paranaenses com os títulos da Super Máster e da Força Livre.

O torneio mostrou equilíbrio técnico. Prova disso foram os 11 jogos decididos

nas disputas de tiros livres da marca do pênalti. Destaque também para a atuação dos goleiros, como o gaúcho Gustavo Ronchetti, que na final da Sênior, contra o Ceará, defendeu uma das cobranças, encaminhando o título, confirmado com a conversão de três chutes dos colegas de equipe. No tempo normal, a partida terminou empatada em 1 a 1, com gol do associado Celso Antonio Tres.

Outro que se sobressaiu no gol foi o paulista Luciano Ribeiro, que, além de defesas impressionantes ao longo do torneio,

evitou dois gols na disputa por pênaltis na final da Máster, contra Maranhão. Com a bola rolando, as equipes ficaram no 0 a 0. Maior vencedora desta edição, a representação paranaense deu show nos gramados e na torcida. Embalados por familiares que vieram ao Rio Grande do Sul, os atletas levaram para casa as taças da Super Máster e da Força Livre.

Na Super Máster, vitória na finalíssima por 1 a 0 sobre Santa Catarina. Já na decisão da Força Livre, a vítima foram os paulistas, superados por 2 a 1.



Evento exalta conagraçamento entre colegas de todo o País

Mais do que uma grande competição desportiva, o XVII Torneio Nacional de Futebol Society do Ministério Público destacou-se como um espaço de conagraçamento e confraternização. Muito além das disputas pela bola, dos choques e divididas, sobram descontracção e manifestações de cortesia, solidariedade e reconhecimento mútuo entre as equipas. Gestos que subiram ao pódio no último dia do torneio, quando os campeões, vices e terceiros lugares de todas as categorias receberam suas medalhas e troféus.

Durante a premiação, vencedores de cada categoria foram ovacionados por adversários e cumprimentados por quem conquistou o 1º lugar da edição anterior. Artilheiros e goleiros menos vazados foram saudados indistintamente, como se fossem todos integrantes de uma mesma equipa. Campeões e vices fizeram questão de posar juntos para fotos.

Coordenador geral do evento, o promotor André Fernando Carvalho Leite



comemorou o resultado final. “Assumimos o desafio de sediar a 17ª edição do torneio com muito entusiasmo e responsabilidade. A cada ano o evento vem crescendo. Nos propusemos a dar especial atenção à parte técnica da competição, construindo campos de mesmas dimensões e qualidade. A localização de todos no mesmo espaço também possibilitou maior integração entre as equipas das 25 delegações. Nesse aspecto,

é importante registrar a colaboração decisiva do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense. Já o presidente da Conamp, Victor Hugo Azevedo, agradeceu a todos os presidentes de Associações do MP do Brasil pelo apoio que deram para a concretização do evento e parabenizou a AMP/RS pelo sucesso da organização: “Este torneio é uma grande oportunidade de conagraçamento entre todos nós”, ressaltou Victor Hugo.

FORÇA-LIVRE

Campeão: Paraná
Vice: São Paulo
3º Lugar: Maranhão
Goleador: Denys Lima Rego (MA), 7 gols
Goleiro menos vazado: Rafael Osvaldo Macha do Moura (PR), 2 gols



SUPER MASTER

Campeão: Paraná
Vice: Santa Catarina
3º Lugar: Rio de Janeiro
Goleador: Luciano Trierweiler Naschenweng (SC), 5 gols
Goleiro menos vazado: Rodney André Cessel (PR), 1 gol



MASTER

Campeão: São Paulo
Vice: Maranhão
3º Lugar: Rio Grande do Sul
Goleador: Hugo Barros (MG), 5 gols
Goleiro menos vazado: Luciano Gomes de Queiroz Coutinho, 1 gol



SÊNIOR

Campeão: Rio Grande do Sul
Vice: Ceará
3º Lugar: São Paulo
Goleador: Roberto Thomé (RS), 5 gols
Goleiro menos vazado: Marcelo Orlando Mendes (SP), 1 gol

RETROSPECTIVA 2018

A cada final de ano, a sensação de que muito foi feito e de que tanto mais ainda há para fazer nos toma conta. Rever os momentos que partilhamos juntos, refletir sobre nossos objetivos e sobre conquistas alcançadas é o primeiro passo de uma nova jornada que se inicia em 2019. Que estejamos unidos e firmes na busca pelos nossos ideais, sempre preservando a essência e os princípios da instituição que nos une: o Ministério Público gaúcho.

